



Audiência discutirá a terceirização e a proposta do Simples Trabalhista

Reforma da CLT e precarização do trabalho são temas de debate

O senador Paulo Paim, que propôs a audiência na CDH, diz temer que as propostas de criação do

Simples Trabalhista e de reforma na legislação tragam retrocesso aos direitos dos empregados. **2**

Projeto com medidas para proteção ao autista volta ao Senado **4**

Legislação sobre assistência judicial gratuita poderá ser modernizada **4**

Comissão cobra informações sobre gastos da Copa

Marcação cerrada

Relatório do ministro Valmir Campelo, do TCU, sobre o Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa, mantido pelo Senado, identificou falta de informações por parte de órgãos financiadores ou executores de obras*

PROBLEMA ENCONTRADO	RECOMENDAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> Ausência de um nome indicado pelo Dnit como responsável por ação no Porto de Manaus e falta de informação sobre o projeto 	<ul style="list-style-type: none"> Indicar um nome e atualizar informações
<ul style="list-style-type: none"> Em alguns contratos financiados pela Caixa Econômica Federal, falta cláusula que obrigue os tomadores de recursos a atualizarem informações no portal 	<ul style="list-style-type: none"> a) Incluir cláusula de obrigatoriedade em todos os contratos b) Condicionar liberação de recursos à atualização de informações no portal. Essa recomendação também vale para o BNDES
<ul style="list-style-type: none"> Falta de informação, por parte da Anac, sobre aeroportos concedidos à iniciativa privada 	<ul style="list-style-type: none"> Definir responsável pela alimentação do portal

*Anac, Infraero, Dnit, Secretaria Especial de Portos, Caixa e BNDES

Órgãos que não publicarem dados na internet em tempo real poderão ficar sem novos recursos

O site Copa Transparente não tem recebido de órgãos como Anac e Dnit informações atualizadas sobre gastos públicos e obras do Mundial de futebol, segundo relatório do Tribunal de Contas da União.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle exigirá explicações sobre o atraso. **3**

7 de Setembro

190 anos de aniversário da Independência do Brasil

O Senado está presente nessa história

Desde os primeiros anos de independência, a atuação do Senado foi preponderante para a consolidação da soberania nacional e construção da organização política do país. O Senado faz parte dessa conquista.

Comissão debate hoje a precarização do trabalho

Propostas de criação do Simples Trabalhista e de reforma na Consolidação das Leis do Trabalho podem trazer retrocesso aos direitos dos empregados, segundo o senador Paim, que sugeriu a audiência na CDH

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) realiza hoje pela manhã audiência pública sobre a precarização do trabalho. O debate foi sugerido por Paulo Paim (PT-RS), que preside o colegiado.

Segundo o parlamentar, serão discutidas questões como a terceirização e as propostas de criação do chamado Simples Trabalhista e de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para o senador, esses pontos podem representar um retrocesso em relação aos direitos dos empregados.

O Simples Trabalhista está previsto em projeto de lei (PL 951/11) que tramita na Câmara e cria o Programa de Inclusão Social do Trabalhador



Trabalhadores em indústria no Paraná: mudanças na CLT estariam na agenda do governo

Informal, destinado a micros e pequenas empresas. Sobre a CLT, existe a expectativa de que o governo apresente projeto para reformar a legislação.

Foram convidados representantes do Ministério Público do Trabalho, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), do Departamento Intersindi-

cal de Assessoria Parlamentar (Diap), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e de diversas associações sindicais.

A audiência, aberta ao público, será realizada na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado, a partir das 9 horas.

Senado e Câmara: TV digital em expansão

Na presidência da sessão plenária de ontem, Anibal Diniz (PT-AC) anunciou a assinatura de um convênio da TV Câmara e da TV Senado com assembleias legislativas e câmaras de vereadores para estender a cobertura do sinal digital das TVs do Legislativo.

— É mais um passo para a democratização das informações e da comunicação e para a transparência pública plena — afirmou o senador, explicando que os eleitores poderão acompanhar a atividade dos parlamentares.

O convênio prevê que Recife, Rio Branco, Natal e Curitiba serão as próximas capitais a integrar a Rede Legislativa de TV Digital. Já, Barretos e Ribeirão Preto, municípios de São Paulo, farão parte da rede assim que houver autorização do Ministério das Comunicações.

Suplicy fará palestra sobre o Bolsa Família em congresso na Alemanha

Eduardo Suplicy (PT-SP) fará palestra sobre o Programa Bolsa Família durante o 14º Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, entre os dias 14 a 16, em Munique, na Alemanha.

O Programa Bolsa Família, que paga um benefício monetário a todas as famílias com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 140, “foi e é considerado como um passo em direção à renda básica de cidadania”, que no Brasil foi instituída por meio da Lei 10.835/04, explicou Suplicy, autor do projeto que deu origem à norma.

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004, a Lei 10.835 institui a renda básica de cidadania para todos os residentes no Brasil, incluindo os estrangeiros que vivem no país há cinco anos ou mais,



Eduardo Suplicy: Programa Bolsa Família e renda básica de cidadania

independentemente de sua condição socioeconômica. A norma estabelece que o benefício será implementado por etapas, sob critério do Poder Executivo, observando primeiro os mais necessitados.

— Um dia, o benefício será igual para todos, em valor suficiente para atender às necessidades vitais de cada pessoa, com alimentação, educação e saúde, considerando o grau de desenvolvimento econômico e a capacidade do orçamento da nação — disse Suplicy.

Alvaro defende aposentados do fundo Aerus

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou solidariedade com os aposentados e pensionistas do Aerus, fundo de pensão dos funcionários da extinta companhia aérea Varig.

De acordo com Alvaro, os mais de 10 mil aposentados e pensionistas do Aerus têm enfrentado “um verdadeiro drama” para receber os valores a que têm direito. O senador relatou que, em 13 de julho, a 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal mandou o governo indenizar os aposentados e pensionistas do Aerus.

Segundo Alvaro, apesar de o governo ter sinalizado inicialmente que não recorreria da decisão, não foi essa a atitude tomada. Assim, acrescentou o senador, o governo dá um péssimo exemplo ao país.

— Não se está pedindo benesse ou que o governo cometa alguma injustiça. O que se pede é que o governo cumpra uma decisão judicial.

O senador disse que as pensões e aposentadorias chegam a R\$ 23 milhões mensais. A média de idade dos beneficiários do Aerus é de 72 anos. Desde 2006, mais de 700 aposentados morreram,



Alvaro: solução para os aposentados do fundo de pensão da Varig

sem receber os benefícios a que tinham direito.

— O governo fere mortalmente esses idosos que se dedicaram a servir o país.

Seguros

O senador também criticou a forma como o governo trata a criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias (ABGF). Ele disse que fez várias emendas à Medida Provisória (MP) 564/12, que criou a agência, mas todas foram rejeitadas.

Segundo Alvaro, a crítica se deve à possibilidade de a ABGF concorrer com as empresas privadas, ao oferecer seguros para órgãos públicos com dispensa de licitação. Para o senador, a medida é “no mínimo temerária, já que abre as portas para a corrupção”.

— É um mercado estratégico, que cresce cerca de 20% ao ano. A criação dessa agência significa um retrocesso no setor — afirmou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Discursos

14h A sessão desta quinta-feira é não deliberativa.

CDH: Precarização do trabalho

9h Audiência debate precarização do trabalho com foco na terceirização, no Simples Trabalhista e na reforma da CLT. Foram convidados os presidentes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Renato Henry Sant'Anna; da Central Única dos Trabalhadores, Wagner Freitas de Moraes; da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Ubiraci Dantas de Oliveira; da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah; da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Wagner Gomes; entre outros.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Anibal critica fechamento da Conab no Acre



Waldemir Barreto/Agência Senado

A superintendência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) deve permanecer no Acre, disse ontem Anibal Diniz (PT-AC). As unidades instaladas em cinco estados e no Distrito Federal devem ser fechadas ainda este ano, para reordenamento e reestruturação da companhia.

O senador disse os resultados sociais da Conab na região importam mais do que eventuais despesas da autarquia e o volume de operações.

Anibal destacou projetos importantes para o agronegócio, o extrativismo vegetal e a agricultura familiar. Ele acrescentou que a política de preço mínimo da Conab garante as atividades de exportação da madeira e da exploração da castanha, do açaí, do óleo de copaíba e de outros produtos da floresta. Também há ações que favorecem cooperativas e associações, além do atendimento direto à população, com a doação de cestas de alimentos.

Cristovam: “Dilma é boa gerente, mas má estadista”



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a presidente Dilma Rousseff “vai bem

como gerente, mas vai mal como estadista”. O senador observou que “o gerente se concentra nos problemas de hoje; o estadista resolve os problemas de hoje olhando para o amanhã”.

Falando como líder de seu partido, Cristovam opinou que as medidas econômicas da presidente são corretas do ponto de vista imediato, mas “insuficientes e incorretas” para o futuro. Ele lembrou que a presidente preferiu reduzir a tributação dos automóveis em vez de reorientar a indústria automobilística para a fabricação de outros produtos.

— Qual retrato queremos do Brasil: um país que faz olimpíadas ou um país que faz medalhas? — questionou Cristovam, exemplificando diferenças entre um gerente e um estadista.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) cumprimentou Cristovam pela preocupação com o desenvolvimento do país.



Dados relativos a obras de aeroportos como o de Guarulhos (SP) devem ser enviados pela Anac

Comissão questiona atraso nas informações de gastos da Copa 2014

Órgãos e entidades que não enviarem informações em tempo real ao portal na internet poderão ser impedidos de receber recursos

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) exigirá explicações sobre atraso nas informações do portal de acompanhamento de gastos para a Copa de 2014 (www.copatransparente.gov.br), mantido pelo Senado.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), disse que Pedro Taques (PDT-MT) vai relatar aviso do Tribunal de Contas da União (TCU) baseado em relatório do ministro Valmir Campelo. O presidente da CMA advertiu que os órgãos e entidades que não alimentarem o portal em tempo real ficarão inabilitados para receber novos recursos.

Rollemberg informou que uma comissão de representantes do Senado, da Controladoria-Geral da União e do TCU estuda alternativas para compartilhamento dos dados



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rollemberg: comissão vai propor melhor compartilhamento de dados

entre os portais que tratam das obras da Copa.

O fornecimento periódico de dados é obrigação dos gestores que recebem recursos públicos para execução das obras. De acordo com determinação do TCU, instituições como a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) terão

prazo de 30 dias para inserir e atualizar conteúdos relativos ao megaevento.

Segundo o TCU, o Dnit terá que atualizar informações referentes ao Terminal Portuário de Manaus, e a Anac terá que alimentar o portal com dados relativos ao processo de concessão dos aeroportos.

Contratos da Caixa

O TCU também verificou ausência, em 13 contratos da Caixa Econômica Federal, de cláusulas que explicitem a obrigatoriedade da inserção e da atualização dos conteúdos. Foi determinada a inclusão da cláusula nesses 13 contratos. No caso de contratos que já possuem a determinação, a Caixa deverá repassar recursos somente após os beneficiários dos empréstimos atualizarem os dados e documentos no portal da Copa de 2014.

Regra semelhante foi determinada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os contratos do banco, a maioria para construção de estádios de futebol, já possuem cláusulas nesse sentido.

O site Copa Transparente tem como objetivo facilitar o monitoramento dos gastos públicos e da execução das obras do Mundial de futebol.

Segundo Campelo, “na fiscalização da boa e regular aplicação dos recursos públicos para a Copa do Mundo de 2014, o desafio é, além da avaliação da probidade e da legalidade exigidas de qualquer contratação pública, atuar para que esse imenso rol de afazeres esteja também alinhado com as necessidades que atravessarão os jogos. A transparência é, então, o norte para garantia desses preceitos”.

Rollemberg elogia regras de fundos constitucionais

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) comemorou ontem a aprovação de mudanças nas regras dos fundos constitucionais de Financiamento previstas no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/12. As mudanças, introduzidas no texto da Medida Provisória 565/12 durante a tramitação no Congresso, devem beneficiar a economia do Distrito Federal.

A regulamentação anterior, explicou o senador, definia um limite de 20% do total anual de recursos para o financiamento dos setores de comércio e serviços. A limitação prejudicava o Distrito Federal, que tem grande parte da economia com base nesses setores.

Com a mudança, afirmou o senador, a distribuição passará a ser definida pelos planos de desenvolvimento regionais. As alterações devem trazer benefícios a informática, turismo, entretenimento e formação de mão de obra, o que ajudará a diminuir o peso da administração pública. Rollemberg disse esperar que o projeto, aprovado dia 28, seja sancionado pela presidente Dilma Rousseff.

PEC altera processo de indicação para o Supremo

Ministra mais recente na composição do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber teve seu nome aprovado pelo Plenário do Senado em dezembro do ano passado. Antes, ela passou por sabatina da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após indicação da presidente Dilma Rousseff, que a escolheu entre cidadãos “com notório saber jurídico” e “reputação ilibada”.

Esse processo de escolha de integrantes do STF será modificado se aprovada proposta (PEC 44/12) que tramita no Senado desde 28 de agosto. Tendo à frente na autoria Cristovam Buarque (PDT-DF), a PEC determina que os ministros do STF passem a ser escolhidos a partir de uma lista sêxtupla. Depois de recebidas as indicações, o presidente da República formará lista tríplex, enviando-a ao Senado. Para Cristovam, o atual processo representa “excessiva personalização, por resultar de uma escolha unipessoal do presidente da República”.

A PEC foi encaminhada à CCJ do Senado e aguarda designação de relator.

Mais rigor para executar e controlar obra pública

Regras mais rígidas para orientar a execução, a fiscalização, o controle e o recebimento no processo de contratação de obras de engenharia pelo poder público serão examinadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A delimitação de responsabilidades entre gestores públicos e empresas contratadas para a realização desses procedimentos também consta da proposta de normatização (PLS 56/12), de Pedro Taques (PDT-MT).

Depois da CAE, texto será votado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto se propõe a afastar imprecisões em propostas e contratos que possam pôr em risco o interesse público. Esse objetivo foi ressaltado pelo relator, Tomás Correia (PMDB-RO), que recomenda a aprovação do projeto, com sete emendas. Constam do texto definições para superfaturamento, responsabilização do contratado e proibição de novos contratos em caso de erros ou omissões.

Proposta prevê acesso a educação, saúde, previdência e mercado de trabalho; agressão grave pode ser punida com até 4 anos de prisão

Com emendas da Câmara, projeto de lei que protege autista volta ao Senado

VOLTA AO SENADO O projeto de lei que cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A proposta foi aprovada anteriormente, com emendas, pela Câmara dos Deputados.

O projeto (PLS 168/11) foi apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, a partir de uma sugestão da Associação em Defesa do Autista (Adefa).

A proposta prevê direitos fundamentais para o autista e o equipara, para todos os efeitos legais, às pessoas com deficiência.

Estabelece garantia de tratamento especializado na rede pública de saúde, estímulo à entrada no mercado de trabalho, direito a acompanhante em escolas de ensino regular e proteção previdenciária.

De acordo com o projeto, os estudantes autistas serão



Congresso é iluminado de azul para lembrar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo: projeto de lei garante direitos

José Varella/Agência Senado

incluídos em classes comuns de ensino regular. Quando isso não for possível, eles receberão educação especial gratuita.

As emendas aprovadas na Câmara dos Deputados determinam multa de 3 a 20 salários mínimos para a autoridade que se recusar a matricular o autista. Se houver reincidência, enfrentará

processo administrativo que poderá resultar na perda do cargo.

Mas há uma ressalva: a recusa da matrícula poderá ser feita na hipótese de a inclusão na rede regular de ensino ser prejudicial ao estudante com autismo em razão de especificidades dele.

Outra emenda aprovada pela Câmara altera o Código

Penal para tipificar como crime o castigo físico ou a ofensa psicológica à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental ou o tratamento cruel ou degradante. A pena é detenção de 6 meses a 2 anos, mas poderá ser de 2 a 4 anos em caso de lesão corporal grave e de 4 a 12 anos se houver morte do autista.

Mortalidade de menores de idade no Brasil é chocante, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse que o Brasil precisa priorizar ações que diminuam o alto índice de morte de crianças e adolescentes.

O senador informou que o *Mapa da Violência 2012* mostrou que o número de menores de idade assassinados entre 1980 a 2010 aumentou mais de 300% — 8.686 mortes em 2010.

— Muitas crianças não chegarão a tornar-se adultas porque a morte ceifa suas vidas praticamente no começo da trajetória de suas existências. É uma constatação triste, constangedora e chocante.

Em 1980, os homicídios de jovens representavam 11% do total de assassinatos. Em 2010,



Waldemir Barreto/Agência Senado

chegaram a 43%.

— O coordenador do estudo afirmou que esse aumento demonstra que crianças e adolescentes não constituem prioridade para o nosso país

— disse o senador.

Os estados mais violentos são Alagoas, Espírito Santo e Bahia. Para Paim, a diminuição da violência passa por mais investimentos em educação, como a construção de escolas técnicas, e o aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

— A nossa intenção é chamar a atenção das autoridades responsáveis pelas políticas de proteção à infância e à adolescência.

Alvaro propõe novos critérios para acesso à assistência jurídica gratuita

Datada de 1950, a lei que oferece assistência judicial gratuita pode ser modernizada pelo Senado. Essa lei estabelece gratuidade de taxas, despesas e honorários de advogado a quem não tem condições de arcar com os custos de um processo na Justiça.

O projeto (PLS 124/09) é de Alvaro Dias (PSDB-PR) e aguarda relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta possibilita a concessão da “gratuidade parcial” (conforme o nível econômico do beneficiário), reduz de cinco para dois anos o prazo para pagamento das despesas processuais caso a parte beneficiada passe a poder pagá-las, permite que o juiz

requisite assistência judicial gratuita da Defensoria Pública ou de cadastro de advogados voluntários nas localidades onde essa instituição ainda não exista e deixa para a Ordem dos Advogados do Brasil a definição do momento, no curso de Direito, em que os estudantes possam ser admitidos para colaborar nas causas de interesse dos necessitados.

Na opinião do senador, a lei em vigor (Lei 1.060/50) tem servido sobretudo a pessoas bem situadas economicamente, dispensadas de produzir provas de que são pobres, o que as isenta de prejuízos financeiros quando perdem uma causa judicial, enquanto seus opositores são obrigados a suportar o ônus.

Tomás ressalta importância de porto e hidrovía

A importância da hidrovía do rio Madeira e do Porto Organizado de Porto Velho para o fortalecimento da economia das regiões Norte e Centro-Oeste foi destacada por Tomás Correia (PMDB-RO).

— Todo combustível e derivados de petróleo que abastecem o Acre, Rondônia e parte de Mato Grosso chegam por essa hidrovía — disse.

Segundo o senador, em 2011 foram exportados por hidrovía, a partir de Porto Velho, em torno de 4 milhões de toneladas de grãos, principalmente soja, produzidos em Mato Grosso e Rondônia. Tomás falou também do papel da hidrovía no transporte de açúcar, gado e madeira na região. Ele afirmou que o valor do frete no modal hidroviário é equivalente a um quinto do frete rodoviário.

O senador relatou sua luta para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) realize logo a drenagem e a sinalização da hidrovía do Madeira e para que sejam adquiridos equipamentos modernos para o porto organizado.

— Os recursos já estão previstos no PAC — destacou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lobão quer pôr no Código Penal uso de laser contra aviões

Lobão Filho (PMDB-MA) apresentou projeto de lei que pune quem expõe aeronaves a feixes de raio laser ou a qualquer tipo de luz amplificada (PLS 327/12). Os raios podem causar cegueira momentânea nos pilotos.

A proposta, que inclui o uso do laser em estádios para dificultar o desempenho dos esportistas, começou a tramitar na semana passada.

Como neste momento uma comissão especial de senadores analisa o projeto de

reforma do Código Penal, o projeto foi enviado para esse grupo.

Atualmente, quem é flagrado apontando um feixe de laser contra um avião pode ser enquadrado por expor a perigo embarcação ou aeronave, crime que prevê pena de 2 a 5 anos de prisão.

Em caso de acidente aéreo, a pena sobe para 12 anos.

Sem mudar as penas, o



Waldemir Barreto/Agência Senado

senador optou por sugerir um tipo penal específico para o enfiamento do uso do laser contra aviões.

A conduta é mais comum do que se imagina. Apenas em 2011, foram registrados 60 casos envolvendo o direcionamento de laser contra aeronaves em pouso ou decolagem, segundo o Centro de Investigação e Prevenção

de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

Quanto ao uso de laser nos estádios, Lobão observa que também é uma prática comum, especialmente tendo por alvo os goleiros.

Para inibir a conduta, o senador amplia as normas punitivas já previstas no Estatuto do Torcedor.

Como nos demais delitos de conduta da lei, o torcedor ficará sujeito a pena de reclusão de 1 a 2 anos, além de multa.